

## BANALIZAÇÃO DO CONSUMO DE *ECSTASY* CONSEQUÊNCIAS PARA UMA ABORDAGEM PREVENTIVA

RAUL MELO

**RESUMO:** A banalização é um fenómeno de esvaziamento do sentido da realidade que nos envolve, esbatendo a ressonância afectiva e a riqueza projectiva das relações que estabelecemos com o mundo, reduzindo-as à funcionalidade do concreto. O percurso do *ecstasy* desde o seu nascimento nos laboratórios Merke até à actual popularidade nos universos recreativos ilustra de uma forma clara como se constrói o banal tendo por base uma substância de efeitos empatogénicos e o desejo partilhado de um reencontro das raízes primitivas de unidade tribal com a natureza. Esta reflexão conduz-nos, finalmente, ao equacionar das implicações desta (ir)realidade emergente, no trabalho do intervenor na prevenção e na promoção da saúde. Qual é o contraponto ao primado do prazer e será ele uma base sólida para a construção de uma atitude protectora minimamente apetecível para a juventude actual? Qual o sentido de uma educação para a vivência do contexto recreativo e dos consumos de substâncias que lhe estão associados? Qual o papel do técnico neste processo entre a moral e o desejo?

**Palavras-chave:** *Ecstasy*; Prevenção; Modernidade.

**RÉSUMÉ:** La banalisation est un phénomène de vide du sens de la réalité qui nous enveloppe, estompant la résonance affective et la richesse projective des relations que nous établissons avec le monde, les réduisant à la fonctionnalité du concret. Le parcours de *l'ecstasy* depuis sa naissance dans les laboratoires Merke jusqu'à l'actuelle popularité dans les univers récréatifs, illustre d'une façon claire comme se construit le banal, ayant pour base une substance d'effets (em)pathogéniques et le désir partagé d'une rencontre des racines primitives de l'unité tribale avec la nature.

Cette réflexion nous conduit, finalement, à une équation des implications de cette (ir)réalité émergente, dans le travail de l'intervenant dans la prévention et promotion de la santé. Quel est le contrepoint à la primauté du plaisir, et sera-t-il une base solide pour la construction d'une attitude protectrice, au minimum, attirante pour la jeunesse actuelle? Quel est le sens d'une éducation pour le mode de vie dans un contexte récréative et des consommations des substances y associées? Quel est le rôle de l'expert dans ce processus entre le moral et le désir?

**Mots-clé:** *Ecstasy*; Prévention; Modernité.

**ABSTRACT:** The trivialization is a phenomenon of the emptiness of the reality that involve us, shading off the affective resonance and the projective richness of the relationships we establish with the world, reducing them to the functionality of the real. The course of ecstasy since its birth in Merke laboratories until the current popularity in the recreational universes, explains clearly how to build the trivial, having as a basis a substance of pathogenic effects and the shared desire of a reunion of the primitive roots of tribal unity with the nature. This thought lead us, finally, to ponder the implications of the emerging (ir)reality in the technician's work in prevention and in health promotion. What is the counterpoint to the pleasure supremacy, and will it be a solid basis to build a protecting attitude, at least, desirable to the current youth? What is the meaning of an education for a way of living in a recreational context and for the associated substance abuse? What is the technician's role in this process between morals and desire?

**Keywords:** Ecstasy; Prevention; Modernity.

## 1. INTRODUÇÃO

A motivação que conduziu à produção de algumas reflexões em torno deste tema resultou da conjugação de três áreas que têm sido objecto de interesse da minha parte, nomeadamente (1) o Consumo de Substâncias Psicoactivas em Contexto Recreativo, em especial a crescente apreensão que envolve o consumo de *ecstasy* e o situa em 2003<sup>(1)</sup> como a segunda substância mais consumida entre a população juvenil; (2) as questões que envolvem a Banalização, não apenas dos consumos, mas de um conjunto alargado de práticas diárias que conduziram o psicanalista egípcio Sami-Ali a desenvolver toda uma linha de pensamento sobre a patologia do banal<sup>(2)</sup> emergente na sociedade Pós Moderna e, (3) finalmente, o impacto destes dois campos de interesse na abordagem preventiva que tem sido o meu objecto de investimento desde o início da minha carreira.

Ao longo do texto começarei por contextualizar as questões ligadas à banalização, apresentando em seguida diferentes aspectos dessa banalização no âmbito do consumo de *ecstasy*, nomeadamente a sua expressão no percurso histórico da substância, desde a sua sintetização, classificação, enquadramento legal, social, cultural e, finalmente epidemiológico. Para concluir reflectirei sobre as questões que a banalização, em particular a que diz respeito ao consumo de *ecstasy*, colocam no plano da prevenção.

## 2. DA BANALIZAÇÃO...

Nas palavras de Frederico Pereira, no prefácio da edição portuguesa da obra de Sami-Ali "O Banal", entender-se-ia este conceito como "aquilo que não salta à vista, aquilo acerca do qual nada há a dizer, aquilo que é pura superfície" (...) "um espaço sem volume", marcado "pelo desmantelamento da dinâmica da projecção". Nesta perspectiva a realidade é o que é, mais do que aquilo que simboliza ou evoca. Representa o exterior mais do que o interior, "um lugar de encontro, aberto a todos e a ninguém, ou seja, um lugar-comum" (Sami-Ali, 2002, pp.23). O conteúdo afectivo da história associada às coisas ou aos locais perde-se em favor da formalidade e funcionalidade dos processos, em prole de uma maior economia psíquica, gerida "sob a forma de um conjunto de regras aplicáveis a priori" que facilitam o estar ainda que o empobreçam.

Para Sami-Ali, a banalização não resulta, necessariamente, da simples repetição. A evocação de algo que se conhece, não tem que se traduzir na perda de significado, apenas a sua passagem do plano do que é extraordinário, porque surpreende e causa impacto, para um plano do que é ordinário ou familiar ainda que mantenha a ressonância na afectividade da pessoa, porque enquadrado numa história com carácter identitário.

O fenómeno da banalização é mais profundo já que se traduz precisamente no esbater dessa ressonância. Corresponde à leitura do real, sem interpretação, o comportamento automático de reconhecer as palavras na sua sequência, sem procurar tirar delas um significado para além do explícito. David Le Breton na sua obra *Du silence* (1997) refere, precisamente, o fenómeno da urgência de "tudo dizer", isto é, a ilusão da comunicação clara e evidente que não deixa espaço à dúvida já que retrata o real. A relação assim construída comportaria o duplo equívoco que começa pelo assumir da capacidade do próprio para expressar de uma forma clara e compreensível a totalidade do que comporta o seu pensar e o seu sentir – já que não há espaço ao silêncio e ao não saber – e se completa na capacidade do outro para se situar em plena sintonia com o que lhe é transmitido sem dúvidas nem discórdia. Para que tal seja possível, o mundo teria de se reduzir a um plano de simplicidade que se aproxima da superficialidade do banal de que nos fala Sami-Ali. Este processo traduziria para este autor um esforço de adaptação ao mundo envolvente, reduzindo os factores de incerteza e de ameaça. A sociedade *pós-moderna* marcada pelo elevado grau de exigência na constante necessidade de adaptação à mudança, obriga o indivíduo a escolhas permanentes, avaliação de opções, procura de referenciais, eles próprios em constante reformulação. Face ao sentimento de sobrecarga, o outro, visto como diferente, é sentido como ameaçador, questionante da consistência do eu, na sua forma de estar, ser, sentir e fazer. O desejo de o ver como igual resulta assim como uma defesa natural que associada à redução da complexidade do mundo envolvente, permitiria fazer face à angustia de se ver emerso e ultrapassado pelo fluxo de estímulos.

Naturalmente que, como outros processos defensivos, a banalização ou superficialização do real é adaptativa, na medida que permite ao indivíduo encontrar a distância

necessária para recarregar energia e retomar modos de funcionamento mais elaborados. Mas pode ela própria tornar-se no factor de disfunção, cristalizando-se como modo predominante de funcionamento. *O sujeito transforma-se, assim em produto mais do que em produtor do real* (Sami-Ali, 2002 pp.74), já que toda a energia disponível deixa de ser canalizada para o acto criativo, nomeadamente para a construção da relação, confinando-se quase exclusivamente à adaptação ao real que, ao limite, se pode reduzir ao estar com os outros, no meio dos outros, agindo como os outros. O processo de banalização tem uma forte componente social. Sob o peso da funcionalidade, a sociedade moderna adoptou procedimentos que fomentam a simplificação do real, não apenas do ponto de vista dos comportamentos, mas igualmente do ponto de vista relacional. Muitos aspectos que na sociedade *pré-moderna* eram suportados por relações de proximidade, senão familiares pelo menos comunitárias — o trabalho, o ócio, o investimento, a defesa, o cuidar, etc. — tornaram-se progressivamente objecto de resposta por parte daquilo a que Anthony Giddens (2005) apelida de *sistemas abstractos* — empresas, serviços, etc. — para os quais é transladada muita da confiança anteriormente atribuída a ambientes securizantes. Grande parte da nossa sobrevivência está hoje em dia nas mãos de pessoas sem rosto que nos suportam através de relações fugazes. A constante rotatividade de pessoal nas entidades prestadoras de serviços evita o estabelecimento indesejado de relações estáveis, ao mesmo tempo que se assiste à proliferação de grandes superfícies capazes de congregarem respostas e tempos mais diversificados do que o comércio local ameaçando a resposta de proximidade em favor da funcionalidade impessoal.

Este autor reflectindo ainda sobre as *Consequências da Modernidade* afirma que embora a sociedade tenha chamado a si de uma forma global a providência de um conjunto alargado de necessidades do indivíduo, não reduziu com isso a incerteza e a insegurança. O acesso a um conjunto mais vasto de informação alarga a noção de risco do plano pessoal ou da comunidade envolvente, a um nível planetário, não apenas no que se refere à diversidade do que ameaça a humanidade, mas também sobre a multiplicidade de contingências que afectarão toda a gente independente de nos situarmos no plano político, ecológico, sanitário ou social.

A pessoa hoje em dia está muito mais consciente dos perigos que a envolvem, mas precisamente por isso defende-se criando um efeito de insensibilidade face à familiaridade da evocação desses riscos. Essa defesa surge assim em oposição à sobrecarga que resultaria de manter constante uma consciência da ameaça mas exige da pessoa a mobilização de estratégias nem sempre muito racionais ou mesmo saudáveis. É o caso da indiferença face ao risco, focando os objectivos nos ganhos imediatos; ou de uma postura mais pessimista de, face à inevitabilidade da concretização da ameaça, posicionar-se de modo a tirar o máximo proveito da vida já que o destino está fora do seu controlo; ou ainda da adopção de um optimismo persistente que permite a crença de que a providência se encarregará de o proteger dos perigos identificados. Todas estas reacções adaptativas traduzem claramente a simplificação do real em prole da gestão da angústia por oposição a uma postura de confronto e contestação prática das fontes de risco identificadas e consequente procura activa de alternativas.

A modernidade não reduziu as necessidades individuais do ponto de vista afectivo e emocional, mas enquadrou-as num pragmatismo com os custos inerentes. Num artigo que produzi anteriormente afirmava, a este propósito, que na sociedade actual "*o homem torna-se claramente um ser mais plástico vocacionado a adaptar-se ao momento e à situação. Mas para o conseguir tem de largar o que dantes lhe dava raízes e estabilidade. Larga a memória do passado, submetido que é a um manancial de informação presente. Larga a relação que se baseia no estar, que obriga a uma sincronia de tempos e lugares para apostar cada vez mais na relação de contacto*"<sup>(3)</sup> *nas raves, nos chats, nos telemóveis. Está-se com quem está, naquele momento, àquela hora.*" (Raul Melo, 2004, pp. 8)

Como nos diz Vasco Calado (2006, pp.16) "*a pós modernidade é um Tempo onde falta o tempo para a pausa e a reflexão*". O lazer ganha um estatuto de indiscutível importância, não apenas pelo volume comercial que mobiliza mas, sobretudo, pelos contornos que assume de um *não-tempo*, isto é, algo que acontece entre tempos úteis, um tempo que pode ser investido de tudo o que não obriga à racionalidade do quotidiano. É um tempo para encontrar, no imediato, uma resposta às necessidades que o pragmatismo de que falávamos há pouco impede de se assumir. É um tempo para encontrar, em simultâneo, o prazer, a pertença, o risco

ordálico, o onírico, a sexualidade, a interioridade e a extensividade e... por fim os limites que conduzem de novo ao real. É um tempo partilhado em locais que pela sua funcionalidade, pela estética direccionada a todos e a ninguém, pelo peso do visual, se aproximam dos *não lugares* de Mark Augé (1998), e do esvaziamento banal dos espaços de encontro.

Muito mais poderia ser apresentado como ilustrativo do processo de banalização que envolve a sociedade *pós-moderna* e que serve de cenário a este trabalho. A complexidade do mundo em que vivemos exige do homem um delicado balanço individual, familiar e social que permita a gestão de um cada vez maior nível de informação e de habilidades sociais. *"Assim o homem perde em volume para ganhar em área, para cobrir mais, cada vez mais, quer falemos de espaço, informação ou até mesmo de vida."* (Raul Melo, 2004 pp. 9)

### 3. DA PRODUÇÃO DE PENSAMENTO SOBRE O TEMA...

Numa primeira análise a definição de banal enquanto *"aquilo acerca do qual nada há a dizer"* pouco se aplicaria à realidade do *ecstasy*. Tem sido bastante significativa a produção de estudos e monografias em torno do consumo desta substância e dos contextos recreativos a que está associada. O carácter ainda bastante dúbio dos resultados destes múltiplos estudos em termos de toxicidade da substância e da (ir)reversibilidade das alterações neurológicas, os universos sociais em que se desenvolve e a longevidade do fenómeno fazem-nos perceber que estamos longe de não ter nada a dizer sobre o tema. É ao nível do desmantelamento da projecção e da perda de volume do espaço simbólico que vamos encontrar alguma ponte para o que nos motivou na construção deste texto.

Fazendo uma revisão bibliográfica do que foi sendo produzido ao longo destes últimos quinze anos no nosso país, encontramos uma grande progressão desde uma primeira visão do início dos anos 90 dividida entre a ténue alusão ecológica à realidade dos consumos em contexto recreativo (Nuno Félix da Costa, 1992), uma visão ligeira de contextualização social numa perspectiva shamanista (Raul Melo, 1995) a exploração da dinâmica bioquímica de uma

família alargada de substâncias reunidas sob a denominação de *drogas de síntese* (José Godinho, 1995). Luís Patrício (1997), no seu livro *"Face à droga: como reagir"* apresenta um conjunto alargado de *drogas de confecção* associando-as enquanto réplicas de substâncias originais de que copiam a sua estrutura química, realçando a sua maior imprevisibilidade de efeitos e agressividade para o organismo. O *ecstasy* é ainda erradamente apresentado como uma substância alucinogénica e psicadélica, o que denotava o menor conhecimento que se possuía na altura. Já mais no final da década surgem novas leituras de carácter mais integrado onde se cruzam os campos da sociologia, psicologia, antropologia, medicina e farmacologia numa visão ecológica que situa o indivíduo e o seu consumo num contexto específico cultural e socio-económico.

Miguel Chaves (1998) lança as bases para um estudo sociológico onde aborda a complexificação dos universos simbólicos de consumo e *"a construção de mundos sociais alternativos (...) que conferem àqueles que as habitam a possibilidade de aí encontrarem contextos mais securizantes para a construção da sua identidade pessoal"* (1998, pp. 18).

Neste artigo, o autor reflecte pela primeira vez sobre uma utilização diferenciada do *ecstasy* consoante os contextos e o envolvente humano – pequenos ou grandes grupos, espaços naturais, *underground* ou clubes – e, conseqüentemente, um diferente simbolismo para o consumo – hedonismo puro, descoberta pessoal partilhada, etc.

Margarida Rebelo (1999), faz um breve enquadramento do fenómeno dos *ravers* e do *raving* e reflecte sobre o papel da combinatória corpo-música-droga na distinção entre jovens encaminhando-os para identidades diferentes. Já Luís Viana (2002) fornece uma análise do *ecstasy* em termos de apresentação, composição e efeitos procurando esclarecer mitos e lançando uma base de compreensão para o fenómeno com vista a uma adequada abordagem preventiva. Susana Henriques (2002 e 2003) fornece-nos interessantes reflexões sobre a integração do consumo de *ecstasy* num padrão mais alargado de comportamento que envolve a frequência de determinados contextos específicos em tempos bem delimitados e num enquadramento relacional muito particular indo ao encontro do que anteriormente fora já abordado por Miguel Chaves. Esta conjugação é enquadrada dentro das teorias de Giddens em torno dos

*estilos de vida* e dos *ambientes de risco* característicos da modernidade, para por fim se centrar sobre a noção de risco cultivado, que diferencia as práticas desenvolvidas nestes contextos específicos, daquelas que decorrem dos constrangimentos da vida social.

Víctor Silva, (2005 e 2006), propõe-nos uma incursão pelas culturas da *"dance music"* comparando as diferentes realidades do *House*, do *Trance* e do *Techno* explicando as diferenças essenciais entre os diferentes seguidores de cada subtipo musical, quer em termos de ideologia de base, quer em termos de padrões de consumo.

Mais recentemente Vasco Calado (2006) debruça-se sobre o significado cultural do consumo de drogas sintéticas no contexto particular da sub-cultura *Trance*. Serviu-se, para esse efeito, da análise dos fóruns electrónicos de discussão associado a esta realidade para reflectir sobre o carácter colectivo de uma utilização recreativa e festiva de um leque muito diversificado de substâncias psicoactivas. Tal como Víctor Silva afirmou anteriormente, Vasco Calado termina o seu trabalho concluindo sobre a acentuada mudança que se assiste nos comportamentos observados, verificando-se uma progressiva desvirtualização dos ideais originais da cultura *Trance*.

Finalmente João Relvas, Lurdes Lomba e Fernando Mendes (2006), fornecem-nos um estudo sobre o consumo de *ecstasy* em jovens na cidade de Coimbra, concluindo sobre a não marginalidade da substância entre a cultura juvenil e a crescente precocidade no início dos consumos, bem como uma adesão maciça e uma diferenciação dos padrões de consumo – quantidade, policonsumo – em função dos diferentes subtipos musicais da *dance music*, indo ao encontro do que Víctor Silva já anteriormente afirmara e confirmando o estudo europeu – no qual Portugal também esteve representado através da cidade de Coimbra – levado a cabo em 1998 por Calafat *et al.* Este estudo reflecte igualmente o aumento do consumo, não tanto em frequência mas mais no número de comprimidos tomados por ocasião, bem como a sua mistura com outras substâncias, nomeadamente o álcool e o haxixe. Este trabalho termina reflectindo sobre as limitações das medidas preventivas e da dificuldade de desenvolver nos jovens entrevistados conceitos como estilos de vida saudáveis face a um modelo social de sucesso que assenta na urgência, imediatismo, velocidade, excesso e consumo.

A distância que separa as primeiras reflexões das mais recentes encerra uma história rica cheia de pormenores, alguns pouco conhecidos, outros que apenas ilustram desenvolvimentos de algum modo esperados. É sobre essa história que passaremos agora a concentrarmo-nos.

#### 4. DO PERCURSO HISTÓRICO...

Não deixa de ser interessante começar por realçar a discrepância temporal entre o desenvolvimento do fenómeno *ecstasy*/movimento *acid-house* na Europa e a realidade portuguesa. Enquanto os anos 80 assistiam ao crescendo de popularidade do *ecstasy* e das *Rave Party's* nos Estados Unidos, em Espanha, no Reino Unido e pouco mais tarde na Europa Central (Holanda e Alemanha em particular), por cá, os círculos da saúde concentravam-se na resposta aos problemas resultantes do consumo de heroína. Luís Patrício (1994) afirmava no seu artigo sobre *"O que se passa em Portugal face à droga"* que, das drogas de confecção, também chamadas drogas de síntese, apenas surgem referências "elitistas" e muito esporádicas ao *ecstasy*. Mas estas drogas virão..." De facto, já por essa altura se concretizavam as primeiras *raves* nacionais na península do Sado.

Até então, já muita realidade se tinha construído, assim como outra se ia desconstruindo, fruto da erosão dos factores de massificação e normalização do fenómeno. Quando o movimento *acid house* chega a Portugal já grande parte do seu valor simbólico havia sido desgastado no confronto com o sistema e no seu aproveitamento comercial. Mas começemos pelo princípio...

O *ecstasy* é sintetizado pela primeira vez em 1913, sendo patenteado, não como um supressor do apetite, como é frequentemente afirmado, mas como um agente precursor possuindo propriedades para conter constituintes primários para compostos activos com fins terapêuticos. (Merke, 1914 – Patentschrift cit in Cohen 1998). Tem como nome químico 3,4-metilenodioximetanfetamina, também conhecido por MDMA e é um produto de síntese relativamente fácil de reproduzir a partir de vários químicos de venda livre, não exigindo conhecimentos profundos nem tecnologias sofisticadas e que se apresenta normalmente em forma de comprimidos. Não se terá revelado, na altura da sua descoberta, uma substância muito promissora já que foi

abandonada sem ter chegado a ser comercializada, apenas vindo a ser retomada já nos anos 70, graças ao investimento apaixonado de Alexander Shuglin. Este bioquímico da Califórnia consagrou a sua vida ao estudo da família das feniletilaminas, recorrendo à sua experimentação pessoal ou partilhando as suas descobertas com um grupo restrito de amigos. Como nos refere Luís Viana (2002), o MDMA foi apenas uma das 200 substâncias psicoactivas que Shuglin investigou ao longo da sua vida. O seu interesse particular no MDMA levou-o a promover a substância junto a amigos psiquiatras que o ensaiaram em contexto psicoterapêutico pondo em evidência o seu potencial para fomentar um maior contacto da pessoa consigo própria, aumentando o seu *insight* e permitindo trazer à superfície emoções e pensamentos escondidos, fomentando empatia e confiança com o terapeuta, isto é, introduzindo melhorias significativas na aliança terapêutica. Este grupo de Psiquiatras da Costa Este dos EUA reportavam então que uma sessão com suporte do MDMA poderia permitir uma evolução no processo terapêutico, equivalente a talvez mais de seis meses numa abordagem convencional (Gallagher, W. 1986, in Cohen, 1998). Estes resultados teriam por base a capacidade do MDMA de promover a dissolução dos mecanismos de defesa do Ego face aos diferentes componentes traumáticos (McCann, 1991 e Ricaurte em 1993 in Cohen, 1998) e permitir um outro nível de exploração das implicações das diferentes vivências.

Tal como muitas outras substâncias psicoactivas, o MDMA foi objecto de experimentação em contexto recreativo e rapidamente as propriedades euforizantes, de intensificação sensorial, de criação de um clima de empatia e abertura aos outros, tornaram-se num motivo de consumo regular. Inicialmente a sua utilização manteve-se confinada a contextos limitados, ambientes *underground* frequentados por grupos *gay* negros onde se iniciava, por essa altura, um outro tipo de revolução: a tradição da música electrónica europeia misturava-se com o *soul* e a *disco* por um lado e com o *funk* negro por outro, dando origem a um som inovador, pleno de energia e ritmo que, potenciado pelo *ecstasy* criava um clima de libertação hedónica de enorme sensualidade. A fórmula foi progressivamente melhorada tirando ainda mais proveito da tecnologia para desenvolver efeitos sonoros de baixa frequência e alta potência que, combinado com um

jogo de luz intermitente (*strobs*) cadenciada ao ritmo da música, criavam uma atmosfera que “parecia mexer com todo o corpo por dentro e por fora” (Collin, 2002).

Como um movimento nascido num contexto de exclusão – racial e de orientação sexual – rapidamente ganhou um cariz ideológico de revolta e afirmação que se manteve por muitos anos e que se viu reforçado por episódios posteriores. Os valores do hedonismo e do colectivo indiferenciado (desatenção pública) ofereciam aquilo a que Miguel Chaves (1988) se refere como “uma espécie de cápsula protectora e pacificadora que, anulava expectativas, aspirações e referências sociais, anulando deste modo, também, a ansiedade dos seus *frequentadores*. Este mundo social alternativo recriava assim a um nível micro a utopia de igualdade, felicidade e prazer sem preconceitos e culpa.

Naturalmente que, com o alastrar do fenómeno, este universo torna-se objecto de exploração mediática. O *ecstasy* era descrito como sendo “*the hottest thing in the continuing search for happiness through chemistry*” (Gertz, K. R., 1985, cit in Cohen 1998). A par da valorização da utilização da substância em contextos terapêuticos como a gestão emocional de doenças terminais e em situações de perturbação de stress pós traumático, ou numa perspectiva de sabedoria mística de auto-descoberta e de contemplação, o MDMA começou a ser descrito como uma droga perfeita, com o que isso tem de atraente e ameaçador. A um nível, a difusão da notícia de que uma substância teria o poder de promover a felicidade individual no seio de um colectivo em festa, acarretou o crescendo de curiosidade e, consequentemente, de procura. Por outro lado, o potencial de risco de se perder o controlo sobre esta procura deixou alarmadas as autoridades americanas.

É importante não perder de vista que, tal como nos diz António Escohotado (2004) o MDMA emerge num enquadramento particular em que um sector da indústria ilegal de produção e distribuição de drogas se volta para os laboratórios químicos em busca de substâncias sintéticas que reproduzam os princípios activos das originais, excluídas do comércio lícito. Os compostos assim produzidos gozariam temporariamente de legalidade aproveitada para um comércio desafogado e a exploração de novos compostos que substituam os primeiros, mal estes fossem proibidos pelas entidades de controlo competentes. *A Era dos Sucedâneos,*

como Escotado lhe chama, é uma era que vem trazer ao cenário de consumo um nível de risco completamente diferente àquele que era reconhecido aos contextos clássicos de consumo da heroína ou da cocaína. *As drogas de síntese* – designação sob a qual se reúne a enorme diversidade de substâncias sintetizadas para um contexto recreativo – trazem consigo o que Jean Dominique Michel (2006) apelidou de “uma espécie de nevoeiro generalizado sobre qual a sensação, qual a satisfação e qual a necessidade...” no qual “o perigo se torna parte integrante da experiência. (Jean Martin Büttner, 2006). O mercado faz circular *pastilhas* referenciadas como *ecstasy*, mas que podem nem sequer conter MDMA, conduzindo a confusões em torno de efeitos e riscos. Dado o enorme risco associado a estes compostos *mal cozinhados*, a quantidade de acidentes associados ao consumo destas substâncias começou a abalar a visão idílica do *ecstasy*. A imprensa publicitou as mortes e a *Drug Enforcement Agency* (DEA) acaba por fazer aprovar a inclusão do MDMA no grupo das substâncias perigosas negando a sua utilização mesmo em contexto terapêutico.

O impacto desta medida teve consequências perversas já que, a um nível, reforçou a curiosidade sublinhando a componente marginal dos seus consumidores e consequentemente o seu carácter de oposição ao sistema. Num segundo nível, esta proibição veio repercutir-se na qualidade dos produtos em circulação. A produção legal foi suspensa transitando a grande maioria para laboratórios clandestinos<sup>(4)</sup>, muitos deles de carácter artesanal, sem quaisquer garantias de qualidade ou higiene.

Como consequência, assiste-se à flutuação da quantidade de comprimidos ingeridos e o recurso a outras substâncias na procura de compensar efeitos indesejados. O policonsumo torna-se cada vez mais uma realidade, coexistindo o *ecstasy* com o álcool, a *cannabis* e a cocaína, para citar as mais significativas (Butler & Montgomery, 2004). Esta realidade acrescentou a este cenário o que Susana Henriques (2003) apelida de *Risco cultivado* traduzido em três principais elementos: **(1)** a exposição voluntária ao perigo – *de uma substância que nunca se sabe exactamente o que é até a tomar*. **(2)** a consciência dessa exposição – *o efeito hedonista a sobrepor-se à racionalidade. O espaço recreativo sem pastilhas não tem sentido* **(3)** e a expectativa de as ultrapassar – *as consequências são difíceis de determinar porque não são*

*lineares ou directas*. Ainda que haja a noção do combinado químico diversificado – em termos de compostos e de efeitos – o importante é a sensação. Alguns dos entrevistados pela referida socióloga afirmavam preferir nem saber quais os componentes presentes na sua *pastilha*. “O que interessa é a moca”. Se for de má qualidade consome-se mais... ou outra coisa.

Este universo foi num primeiro tempo partilhado por um conjunto de pessoas pouco alargado, tendo em comum um nível de vida que facilitasse o acesso a contextos selectivos, ou antes pelo contrário pessoas cujo modo de vida lhes permitisse vaguear por diferentes contextos ao sabor das suas motivações. Esta combinação entre liberdade e posse esteve na base da confluência de um vasto tipo de pessoas para as Baleares, onde a tolerância dos habitantes locais e a conjugação de políticas facilitaram o recrudescimento de um espaço hedónico onde o espírito *hippie* contrariava a habitual concentração em espaços fechados. Assim, é criada a imagem de Ibiza *como a ilha da liberdade, ilha do amor* associada à festa da espontaneidade e da harmonia com a natureza. É através desta ponte que o movimento *acid house* penetra a Europa, em especial o Reino Unido, por altura o principal alvo da oferta turística de Ibiza, e rapidamente esta forma descontraída de estar em festa se assume como uma oposição ao carácter elitista que caracteriza o contexto social britânico à época. A busca pela perpetuação da experiência de verão levou à procura de um espaço para se fixar, e na noite de Londres começaram a surgir locais de referência para esta cultura emergente a partir de uma classe operária. Sob efeito do MDMA, esbatiam-se diferenças e atenuavam-se os desvios passados. Reviviam-se mitos antigos de “*paz e amor*”. Com o espalhar da notícia cresceu a procura e o desejo de pertencer a este mundo diferente. Os espaços multiplicaram-se e a referência ao consumo de *ecstasy* funcionava como ícone.

A irreverência de um pequeno grupo de jovens levou à constituição da primeira organização voltada para a organização de eventos recreativos que recuperou o espírito naturalista do *verão do amor* e se propôs deslocar para espaços abertos uma multidão de jovens em busca do prazer partilhado. Nasceram assim as *raves* – termo recuperado da tradição do *soul* negro – polvilhando espaços tão diferenciados como armazéns, aeródromos, quintas, praias,

levando som, cor e fantasia psicadélica a espaços recônditos. Eram descritos como eventos onde as pessoas sorriam umas para as outras, tocavam-se, dançavam e sentiam um sentimento de amor pelos outros. O impacto destes eventos foi tão grande na sociedade que rapidamente surgiram novos grupos promotores e novas *raves* rivalizando na intensidade e na estética, elevando cada vez mais a fasquia e fomentando uma enorme competição entre organizações.

Assim, nasceu também um jogo de forças com as autoridades policiais apostadas em impedir a concentração de meios e motivações para um consumo descontrolado de tudo o que se fizesse passar por *ecstasy*, ou o ajudasse a complementar, na manutenção do estado de euforia ou a sobreviver para além dele. Aos bloqueios policiais de estradas, a organização e os *ravers* respondiam com fugas alucinantes que reforçavam o seu estatuto marginal na luta pelo direito ao prazer e à libertação. A mobilidade de toda a estrutura jogava um papel fundamental dando origem à feliz expressão de Mathew Collin (2002) dos *tecnonómadas*.

As tecnologias jogaram um papel fundamental dos dois lados da barricada, entre a tarefa de esconder e difundir apenas no último momento possível a informação sobre a localização de cada nova festa através do recurso ao telemóvel ou da *net* e o controlo atento de todos os canais de comunicação para a antecipação e bloqueio de cada nova organização por parte da polícia. Algumas vezes ganharam uns, outras vezes ganharam outros, mas estava criado um clima de fascínio em torno não só na vivência das *raves*, mas também na sua promoção e na conquista do direito de se encontrar entre os milhares que logravam estar no ponto de encontro e usufruir da magia.

Os *media* cobriam falhanços e sucessos veiculando uma imagem alarmista e de ameaça à moral pública. Os inevitáveis confrontos físicos acontecem e desenvolve-se uma imagem de violência associada. A tentativa de aumentar o controlo da situação leva a um reforço penal sobre a organização de eventos desta natureza que não respeitem um normativo legal de segurança e saúde pública. Em consequência, a contenção cada vez maior trouxe de volta o universo *house* às grandes superfícies urbanas, tornando-o mais acessível a todas as realidades socioeconómicas e contribuindo para que estas se tornassem progressivamente parte do quotidiano urbano. Perdia-se a magia e a

espontaneidade, perdia-se a comunhão com os espaços abertos e a natureza, ganhava-se em segurança e em controlo legal.

## 5. DA CONTEXTUALIZAÇÃO ECONÓMICA À BANALIZAÇÃO...

O facto de se manter um fenómeno altamente popular tornou-o objecto de exploração comercial. O circuito de festas britânico movia 1,8 biliões de libras por ano, o equiparável à indústria do livro ou da imprensa escrita. O mercado multiplicou-se cinco vezes numa década e os lucros multiplicaram-se em mais de dez vezes (Matthew Collin, 2002). A máquina comercial foi progressivamente tomando conta deste fenómeno juvenil. A sua expressão começou por se fazer sentir, naturalmente, na indústria discográfica dando cobertura a uma enorme procura da música de mistura ou música de dança substituindo as velhas cassetes piratas que anteriormente se vendiam no circuito *underground*. Também a moda investiu na criação de um estilo próprio ao ambiente de dança, promovendo os ícones e o calão das principais promotoras de eventos. Algumas agências de viagem associaram-se ao movimento promovendo pacotes de destinos associados à cultura recreativa (Ibiza, Goa, Rimini, Sidney, etc.) No final dos anos 90, o sistema declarou o contexto recreativo britânico seguro e passou a promovê-lo oficialmente como atracção turística nacional. (Matthew Collin, 2002).

Os ideais originalmente defendidos pelo movimento *acid house*, os seus símbolos e ambientes inspiraram alguns criativos publicitários que os utilizaram para promover produtos tão diversos quanto telemóveis, material desportivo, alimentos, seguros, etc. Exemplos muito claros desta realidade são as imagens adoptadas por diferentes operadoras de telemóveis (OPTIMUS®, Vodafone®, TMN®), que valorizam a capacidade de difundir uma mensagem e mobilizar quem a receba para se encontrar numa determinada localização ou, num plano diferente, o carácter efémero da vida e a importância de a viver intensamente.

Os clubes para grande público, agora normalizados, nada tinham das suas origens ilegais, no que respeita ao carácter místico/religioso ou fantástico de compromisso colectivo. Perdera-se o carácter subversivo restando apenas o hedonismo.



O papel do *ecstasy* sofria também algumas alterações. Com a maior acessibilidade ao contexto recreativo a idade de primeiro consumo foi progressivamente baixando, passando a situar-se em idades abaixo dos 18 anos. O *ecstasy* passou a ser visto, ou como uma substância *de miúdos*, ou como associada a cenários *techno*, mais duros e frequentados por uma faixa socio-económica mais baixa (Victor Silva, 2005 e 2006). O *House* assumia um carácter mais heterogéneo, onde as substâncias definem um *status* com a cocaína e representar o topo da cadeia. Num movimento mais purista, o cenário *Trance* preserva alguns dos ideais originais do movimento, mantendo algum do seu secretismo e a sua associação aos contextos naturais, bem como a crítica ao sistema. Aí, o *ecstasy* é secundário às substâncias de efeito alucinógeno mais ligadas à experiência mística, mas mantém o seu espaço enquanto empatógeno criando o clima para o sentimento de proximidade e fusão.

O percurso que fizemos até aqui, neste texto, põe em evidência alguns dos pontos essenciais do processo de banalização social e afectiva que foram objecto de análise por Sami-Ali (2002). Sob o impacto da racionalidade e da tecnologia, o imaginário vai-se esbatendo, dando lugar a uma realidade que não é mais do que aquilo que é. A energia criativa que poderia emergir de um indutor de afectividade esvai-se na estereotopia e no anonimato. A relação com o outro é iludida, nas palavras de João Santana Lopes, (2005, pp.85), "*impedindo o tempo lento relacional da intimidade, assim transformado num outro tempo – rápido, ruidoso e sem profundidade - bem mais consonante com os tempos que correm.*"

"*Antes tínhamos consciência de que estávamos drogados e era uma maneira de estar... Hoje é mais aquela coisa de encher a cabeça.*" "*... quem consome pastilhas já ouve qualquer tipo de música. Metem-se pastilhas por tudo e por nada...*" "*Cada vez há mais oferta e drogas diferentes e cada vez há mais gente a consumir de uma forma cada vez mais banalizada. Nas festas encontram-se crianças de 12, 13 anos já a abusarem*". Estes são extractos de entrevistas recolhidas por Susana Henriques (2003) em que está bem patente o sentimento de perda de sentido. A banalidade não se prende apenas com a massificação e com a precocidade dos consumos mas com uma funcionalidade assumida. Perde-se a comunhão de um ideal e quebra-se a identificação com os outros, mas mantém-se o ponto de encontro entre pessoas que procuram

um sentir no lugar que providencia esse sentir. O prazer é vivido colectivamente por pessoas sozinhas que, quando passa o efeito da substância, têm necessidade de não se deixar afundar na desilusão. Aí, ou se cai (deprime), ou se luta para poder voltar a ganhar altura por qualquer meio possível. As pessoas mais saudáveis ou com melhor rede de suporte afectivo, poderão encontrar nos outros quer o amortecedor que reduz o impacto da queda, quer o motor que puxa para novos voos, contudo é frequente o recurso a novas substâncias para contrabalançar o impacto tardio da intensidade vivida. O policonsumo sai assim reforçado.

Numa sociedade de alta complexidade que fornece aos jovens estímulos constantes exigindo escolhas e mudanças constantes, toda a energia disponível é pouca para gerir a diversidade. A defesa face à erosão resulta natural e o estado de maior economia passa por não pesar o real, perpetuando uma espécie de estado de graça consigo e com os outros. Não é o *ecstasy* que se banaliza. É a banalização que se banaliza ela própria ou não fosse o consumo ele próprio um processo adaptativo de defesa.

## 6. ALGUNS NÚMEROS...

O relatório da OEDT em 2001 sublinhava a preocupação crescente com o consumo de *ecstasy*, assumindo que o fenómeno era generalizado na Europa com especial ênfase em contextos urbanos e estâncias turísticas. A taxa de experimentação entre a população jovem-adulta (entre os 15 e os 34 anos) atingia os 6%, confirmando-se que a maioria destas pessoas faziam parte de grupos perfeitamente integrados.

"O Inquérito Nacional ao consumo de substâncias psicoactivas na população Portuguesa" (Casimiro Balsa *et al.*, 2003) apresentava, para uma amostra de 15.000 indivíduos entre os 15 e 64 anos, uma prevalência do consumo de *ecstasy* (ao longo da vida) na ordem dos 0,7%, valor que se elevava para 1,4% se se cingisse o grupo ao intervalo etário entre os 15 e os 34 anos.

Ainda referente ao mesmo ano, os resultados obtidos no Inquérito Nacional em Meio Escolar levado a cabo pelo IPDT em 2001, davam-nos conta que para uma amostra de 25.000 alunos entre os 11 e os 14 anos, 4% já haviam experimentado *ecstasy*.

Esta sequência de dados traduz perfeitamente a ideia de que a prevalência do consumo se situa claramente na população juvenil, com os valores a aumentarem à medida que se confina o estudo a faixas etárias mais baixas.

Mais recentemente, no “Estudo sobre o Consumo de Álcool, Tabaco e Drogas em alunos do ensino público – Portugal Continental” referente ao ano 2003 (Fernanda Feijão *et al.*, ECATD/2003) numa amostra de 18.000 alunos representativa a nível nacional para cada grupo etário entre os 13 e os 18 e para cada ano de escolaridade, o *ecstasy* surge como a segunda droga com maior percentagem de consumidores, atingindo 2% dos alunos de 13 anos e 4% dos de 18 anos. Estes valores são alterados se introduzirmos o género como variável, verificando-se assim que o número de rapazes que já consumiram alguma vez na vida *ecstasy* se eleva assim para 6%, ficando a percentagem de raparigas pelos 3%.

Estes valores enquadram-se no cenário europeu traçado no relatório do OEDT de 2006, no qual se pode ler que entre os jovens adultos dos diversos países europeus, a prevalência do consumo de *ecstasy* ao longo da vida é de 5,2%, variando entre 0,5% e 14,6%. Para Portugal é referenciado o valor de 0,8%, valor que traduziria uma pequena subida por comparação com os resultados obtidos por Casimiro Balsa (2003). Este abrandamento do crescimento da prevalência de consumo de *ecstasy* – em contraste com o que ocorrera entre 1995 e 2003 vai ao encontro da opinião expressa no relatório do OEDT que considera haver uma certa estabilização do consumo desta substância.

Contudo, estes números podem ter uma leitura diferente, se atendermos a estudos que incidam sobre o universo dos jovens que frequentam espaços recreativos nocturnos. Na ausência de estudos conhecidos sobre realidade em Portugal recorro a dados de outros países para fazer esta afirmação. Assim, a prevalência do uso de drogas entre populações de alto risco, como os jovens frequentadores de eventos de *dance music* surge dramaticamente mais alta, com estudos a reportarem valores para o *ecstasy* entre os 60-80% (Branigan *et al.* 1997; Release, 1997 cit. in Winstock *et al.*, 2001)). Esta ideia é igualmente confirmada noutros países como a Dinamarca, Alemanha, Espanha, Austrália e Holanda entre outros. (Winstock, Adam; Griffiths, P.; Stewart, D., 2001)

Resultados recolhidos em França e apresentado por Gregor Burkhart *et al.* (2006) numa comunicação na *Club Health*

*Conference* na Eslovénia revelam ser 10 vezes mais provável encontrar um consumidor de *cannabis* num contexto recreativo do que entre a população em geral. Este número leva-se para 100 vezes quando aplicado a um consumidos de *ecstasy*.

Estes resultados reforçam a ideia de que ainda que na população em geral a prevalência tenda a estabilizar, em contexto recreativo ela assume proporções muito elevadas, o que ilustra a noção de que este é, presentemente, um contexto de risco para o consumo de *ecstasy*.

## 7. DA ABORDAGEM PREVENTIVA...

A banalização do consumo do *ecstasy* ou de um modo mais alargado das drogas de síntese (mais desenhadas para os contextos recreativos) vem obrigar a uma significativa reformulação da abordagem preventiva. O padrão mais clássico de consumo das substâncias de iniciação – *cannabis* e álcool – não definia contextos específicos, uma vez que tinha um propósito claro de facilitar a integração no grupo, processo esse passível de acontecer em qualquer parte. O papel desinibidor e socializante da substância ia ao encontro de uma necessidade mais ou menos consciente por parte do jovem, necessidade essa que podia orientar os interventores na prevenção. As estratégias direccionadas ao desenvolvimento de competências pessoais e sociais permitiam ao sujeito um crescimento pessoal em termos de autoconfiança, na abordagem ao outro e desse modo suportar melhor a pressão dos pares para o consumo.

Por oposição, o padrão de consumo do *ecstasy* situa-o especificamente em contextos recreativos para onde confluem pessoas que partilham dos mesmos interesses – musicais, estéticos e de consumo. Ainda que a substância mantenha uma função de lubrificante social, esta função parece ser alargada a todo o universo construído. A substância está ao serviço de uma dinâmica grupal, ela própria geradora de integração num colectivo indiferenciado. A noção de resistência à pressão de pares, uma vez no contexto, é uma tarefa hercúlea, senão paradoxal, uma vez que a decisão de se dirigir a um determinado espaço de festa inclui as práticas que lhe estão associadas. A orientação do interventor em prevenção deve-se então orientar para um leque de necessidades bastante diferentes: o desejo de

pertença a um colectivo, a gestão dos limites na procura de prazer, a necessidade de contrapor um tempo de ruptura à realidade normalizada e monótona e por fim a redução de riscos e minimização de danos.

Se, por um lado, prevalece a procura de um sentimento de integração num colectivo em resposta ao individualismo crescente da sociedade *pós-moderna*, a abordagem preventiva deverá garantir um trabalho de reforço de valores comunitários, no qual o jovem desenvolva um sentimento de pertença e de participação. Indo ao encontro das reflexões de Giddens (2005), a fragilização dos laços sociais, em virtude das respostas dadas por sistemas abstractos, traduz-se na perda de noções tão básicas como confiança, segurança e amizade, elementos chave para a gestão do sentimento de ameaça. Conceitos como os de *bonding* e de resiliência podem ser um bom ponto de partida para a construção de programas de intervenção.

Numa segunda linha de enfoque, a gestão dos riscos inerentes à busca de prazer revestem-se de uma enorme delicadeza. A mensagem associada à necessidade de controlo individual aproxima-se arriscadamente do plano moralista, que condicionaria à partida a disponibilidade para uma reflexão em torno do tema. O fornecimento de informação adicional sobre potenciais riscos poderá resultar paradoxalmente no desenvolvimento do que Giddens (2005) apelidou de insensibilização, resultante da repetição e da familiaridade. Mas é fundamental a exploração da atitude de base face a esta procura de prazer. É diferente abordar o risco confiante que, de uma maneira ou de outra, a fortuna se encarregará de o proteger (senão a fortuna, alguém por ela) ou considerar que, face à sua realidade social, pouco há a perder se alguma coisa correr mal ou ainda que, face à precariedade do dia-a-dia, há que aproveitar enquanto há condições para gozar a vida. Cada um destes registos traduz uma estratégia adaptativa diferente que requer ser desconstruída e pesada tendo em vista uma noção de futuro a construir. Alguns projectos europeus (Gregor Burkhart, *et al.* 2006) orientam-se para o desenvolvimento de linhas de intervenção que se aproximariam de uma *educação para o risco*, no sentido do desenvolvimento de competências de antecipação, controlo e reflexão sobre experiências vividas, recorrendo ao ciberespaço como estratégia de abordagem aos jovens. Finalmente, a exploração e reforço da função

protectora das redes de suporte afectivo (diferenciação de papéis dentro do grupo com que se sai para a noite) parece ser uma linha interessante actualmente em desenvolvimento pela IREFREA (Instituto Europeu de Investigação de Factores de Risco e Protecção de Crianças e Adolescentes).

Ao nível da alternância do prazer à normalização do quotidiano, coloca-se em evidência um funcionamento por ciclos facilmente gerador de experiências depressivas. O desenvolvimento de estratégias de alternativa de prazer, através de intervenções com um planeamento bem distribuído no tempo de modo a evitar o estabelecimento de *não-tempos*, isto é, hiatos de tempo entre obrigações hiatos esses, naturalmente preenchidos com qualquer opção que permita a negação das regras restritivas. Face ao grupo etário visado por este tipo de intervenção, a necessidade de sensibilizar o contexto escolar para este tipo de realidade é fundamental já que, de outro modo este tipo de abordagem entraria em choque com a escolaridade obrigatória.

No plano da redução de riscos e minimização de danos, muito há a fazer no que diz respeito à sensibilização do universo recreativo para uma participação activa na criação de condições para a redução dos factores de risco associados aos consumos em contexto recreativo. O livre acesso a água, a criação de espaços de *chill out*, o treino do pessoal para uma gestão do excesso, quer numa perspectiva de activação de medidas protectoras – equipas de suporte que incitem ao descanso e à toma regular de água (*Techno Plus Association*, *TIPI association*, *Keep Smiling*), ou conduzam a casa quem necessite (*Nez Rouge*) – quer no sentido de identificação e encaminhamento de situações de emergência, são apenas algumas das possibilidades que uma intervenção centrada no contexto recreativo.

As experiências de adopção de estratégias de testagem dos comprimidos têm sido muito questionadas, quer no plano da credibilidade da informação fornecida ao consumidor – que não sendo muito abrangente/aprofundada pode suscitar um falso sentimento de segurança – quer no plano da rapidez de resposta – nem sempre compatível com o desejo de consumo imediato – quer ainda no plano dos recursos necessários e custos subsequentes, uma vez que para garantir maior rigor de análise há que abdicar dos *kits* menos onerosos e apostar em respostas especializadas muito pouco compatíveis com intervenção de campo. A aposta num trabalho concertado

que implique em simultâneo a indústria da noite, a municipalidade, forças de segurança e organizações não governamentais faz parte do plano ideal de abordagem a esta realidade.

Finalmente, uma última palavra para retomar o pano de fundo que acompanhou todo este trabalho: a banalização. Como anteriormente foi referido a propósito da obra de Anthony Giddens um dos factores de risco mais ameaçadores da sociedade moderna passa pela necessidade de confiar em pessoas sem rosto – sistemas abstractos – a segurança e a consistência das nossas vidas e das práticas que a suportam. Para que essa confiança básica se mantenha e permita a redução de processos de negação e de alienação mais graves, a função dos sistemas periciais deve procurar manter-se sólida e coerente. Para isso, há que garantir o controlo de alguns factores de risco que põe em causa a imagem destes sistemas. Em primeiro lugar, um dos principais riscos situa-se ao nível da banalização da informação pericial, que faz de um leigo um potencial *expert* em qualquer matéria. Este aspecto é particularmente relevante ao nível da psicologia nos seus mais diversos campos. Em particular, a prevenção sofre o efeito de erosão do que é politicamente correcto, sendo, como expressão, gasta até ao limite no discurso político, social e na cobertura mediática. Para que a mensagem preventiva recupere um pouco da sua credibilidade há que protegê-la destes circuitos.

Em segundo lugar, é fundamental que o perito mantenha uma actualização constante dentro do domínio em que exerce o seu saber, facto que, no contexto das substâncias psicoactivas nem sempre é fácil de garantir<sup>(6)</sup>. É contudo fundamental que a clarificação dos riscos e consequências do consumo recreativo seja feita de forma frontal, sem ocultações ou camuflagens que, uma vez descobertas minariam a confiança na globalidade das mensagens preventivas veiculadas. É igualmente importante, reconhecer o que Amador Calafat (1998) já alertava, ao afirmar a ausência de uma experiência técnica consistente e continuada, construída em intervenção no contexto recreativo. É imperioso desenvolver linhas de investimento neste domínio que permitam a exploração de diferentes abordagens e o ganho de consistência nas estratégias e na teorização emergente da prática.

Finalmente, e indo ao encontro da tese defendida por Patrick

Peretti-Watel (2005), há que diferenciar o discurso pericial de abordagens moralistas as quais, por muito bem intencionadas que sejam, situam-se ao nível da profecia e da ameaça suportadas por argumentos de senso comum que minam o trabalho do técnico. O risco de, por simpatia, adoptar uma posição próxima a este tipo de discurso, desloca a argumentação para o plano do não demonstrável que invariavelmente fragilizará a credibilidade deste campo de intervenção. Sendo claro que uma parte das medidas a adoptar são de carácter restritivo e contrárias ao lucrativo negócio do lazer, é fundamental deslocar o discurso de uma juventude sem valores para uma leitura dos mecanismos que fragilizam cada vez mais a identidade pessoal (referenciar-se num tempo contínuo, num espaço significativo, projectando o futuro com base nas experiências passadas) e os laços sociais que lhe dão suporte.

## 8. EM CONCLUSÃO...

Ao longo deste texto passei em revista alguns dos aspectos que (des)construíram a banalização do consumo de uma substância. Essa banalização começou pela perda de um sentido de utilidade quando o receio de descontrolo face a uma utilização recreativa pôs de parte evidências de utilidade num plano clínico. Prolongou-se no aglutinar sob o mesmo nome de todos os cozinhados artesanais que resultaram da sua ilegalidade, confundindo efeitos, fomentando mitos, reforçando os riscos. Teve continuidade na perda de um ideal a que foi associada e que potenciava a partir dos seus efeitos ao promover um clima de partilha dentro um universo simbólico que se opunha a uma sociedade individualista e funcional. Essa banalização concretizou-se ainda mais quando o lucro se sobrepôs ao acto criativo e todos os ícones foram transformados em produtos de venda nas mais diferentes áreas de consumo. Finalmente, a banalização foi consumada na desatenção que foi e é dada às necessidades expressas neste padrão específico de consumo, muito bem demarcado no espaço e no tempo, muito *limpo* na imagem que transparece, muito acessível e democrático tão à imagem da sociedade em que emerge.

Por fim, não deixa de ser estranho pensar que face ao contexto recreativo, a reflexão passa pela forma como se procura o prazer a qualquer custo, ou como se faz desta

busca uma fonte de lucro, reflexão esta que se aproxima das temáticas bíblicas do desejo da tentação e do pecado, do prazer e do castigo sendo que de algum modo todos nós já sabemos que o Adão comeu a maçã e só tinha a Eva a desafiá-lo. A indústria do prazer é claramente mais convincente e nós... felizmente não somos Deuses. A nossa sociedade não é um paraíso que não se quer perder, antes pelo contrário é muitas vezes um inferno de que se quer alhear. Talvez por isso muitos dos nossos jovens não acreditem na protecção divina e as histórias de faz-de-conta confundem-se com a realidade vista através de uma substância... É desta perda da fantasia que se constrói o Banal.

#### Contacto:

Raul Melo

Instituto da Droga e da Toxicodependência – Departamento de Prevenção

Praça de Alvalde, 7, 5<sup>ª</sup>-13<sup>ª</sup>

1700-036 Lisboa

#### NOTAS:

- 1) IDT, Estudo sobre o Consumo de Álcool, Tabaco e Droga em alunos do ensino público – Portugal Continental /2003 (ECATD).
- 2) Sami-Ali, Le Banal, 1980.
- 3) Por oposição à relação de encontro.
- 4) Cerca de 80 a 90% de *ecstasy* consumido no mundo é produzido em laboratórios clandestinos situados sobretudo na Holanda e na Bélgica – João Relvas *et al.* (2006, pp. 35).
- 5) Como ilustração desta realidade, o OEDT, no seu relatório de 2006, dava conta da aparição no cenário de consumo de novas substâncias cujas propriedades se ainda não foram convenientemente exploradas.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Augé, Mark (1998). *“Não-Lugares. Introdução a uma antropologia da sobremordenidade”*. Vendas Novas: Bertrand Editora.
- Balsa, C. *et al.* (2003). *Inquérito Nacional ao consumo de substâncias psicoactivas na População Portuguesa 2001*. IDT.
- Burkhardt, G. & Olszewski, D (2006). “Drug prevalence and prevention in dance music settings in the EU”. Comunicação apresentada em Piran, Eslováquia, na Club Health Conference, 4 Dezembro 2006.
- Butler, G., Montgomery A. (2004). “Impulsivity, risk taking and recreational ecstasy (MDMA) use”. *Drug and Alcohol Dependence*, 76: 55-62.
- Büttner, J. M., (2006). Office fédéral de la santé publique (OFSP) (2006). *Les actes de la Conférence nationale sur les drogues de synthèse et la cocaïne*. Berna.
- Calado, V.G. (2006). *Drogas sintéticas – Mundos culturais, Música Trance e Ciberspaço*. Lisboa: IDT.
- Calafat A. *et al.* (1998). *Characteristics and social representation of ecstasy in Europe*. Palma de Maiorca: IREFREA and European Commission.
- Calafat A. *et al.* (2001). *Risk and control in the recreational drug culture*. Palma de Maiorca: IREFREA and European Commission.
- Chaves, M.A. (1998). “Consumo de “novas drogas”: pontos de partida para uma investigação sociológica”. *Toxicodependências*, 4 (2): 15-23.
- Cohen, R. (1998). *The Love Drug – Marching to the beat of Ecstasy*. Binghamton: Haworth Medical Press.
- Collin, M. (2002). *Estado Alterado – La historia de la cultura del éxtasis y del acid house*. Barcelona: Alba Editorial.
- Escotado, A. (2004). *História Elementar das drogas*. Lisboa: Antígona.
- Felício, F.; Lavado, E. (2003). “Estudo sobre o Consumo de Álcool, Tabaco e Drogas, em alunos do ensino público – Portugal Continental/2003”. (ECATD/2003), ODT/IDT.
- Félix da Costa, N. (1992). “As drogas e a sua cultura – as toxicodependências numa perspectiva ecológica”. In *Coleção de Textos das Taipas*, vol. IV, (pp. 137-140). Lisboa: CAT das Taipas.
- Giddens, A. (2005). *“As consequências da modernidade”*. Oeiras: Celta.
- Henriques, S. (2002). *“Novas Drogas – Risco Cultivado”*. Lisboa: CIES/IPDT.
- Henriques, S. (2003). *O universo do ecstasy – contributos para uma análise dos consumidores e ambientes*. Azeitão: Autonomia 27.
- LeBreton, D. (1997). *Du Silence*. Paris: Éditions Métailié.

Lopes, João Santana (2005). "O Adolescente e as Drogas - Uma História com Adolescentes, Pais, Medos e Pastilhas". *Toxicodependências*, 11 (2): 83-86.

Melo, R. (1995). "Designer drugs" ou uma história cultural, *Colectânea de Textos das Taipas*, vol. VIII, (pp. 134-136). Lisboa: CAT das Taipas.

Melo, R (2004). "A cidade como cenário da prevenção. A cidade de cada um – convite para um passeio por lugares e não lugares". *Toxicodependências*, 10 (2): 3-12.

Michel, J. D., (2006). Office fédéral de la santé publique (OFSP) (2006). *Les actes de la Conférence nationale sur les drogues de synthèse et la cocaïne*. Berna.

Patrício, L. (1994). "O que se passa em Portugal face à droga". *Colectânea de Textos das Taipas*, vol. VI, (pp. 225-229). CAT das Taipas.

Patrício, L. (1997). "*Face à droga: como (re)agir*". Lisboa: SPTT.

Peretti-Watel, P. (2005). *Cannabis, Ecstasy: du stigmaté au déni*. Paris: L'Harmattan.

Rebello, M. (1999). "Traços contínuos de diversão". In Machado Pais, J. (ed.). *Traços e Riscos de Vida*, (pp. 265-301). Porto: Âmbra.

Relvas, J.; Lomba, L. & Mendes, F. (2006). *Novas Drogas e Ambientes Recreativos*. Lusociências. Loures: Edições Técnicas e Científicas, Lda.

Sami-Ali (2002). "*O Banal*". (1ª Edição, 1980). Lisboa: Dinalivro.

Silva, V (2005). "Techno, House e Trance: uma incursão pelas culturas da "dance music" – parte 1". *Toxicodependências*, 11 (3): 63-73.

Silva, V (2006). "Techno, House e Trance: uma incursão pelas culturas da "dance music" – parte 2". *Toxicodependências*, 12 (2): 11-19.

Viana, L. (2002). "Ecstasy – História, Mitos & Factos". *Toxicodependências*, 8 (1): 65-78.

Winstock, A., Wolff, K. & Ramsey, J. (2001). "Ecstasy pill testing: harm minimization gone too far?". *Addiction*, 96: 1139-1148.

Winstock, A.; Griffiths, P.; Stewart, D. (2001). "Drugs and the dance scene: a survey of current drug use patterns among a sample of dance music enthusiasts in the UK". *Drug and Alcohol Dependence*, 64: 9-17.

## BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

Calafat A. et al. (2001). *Risk and control in the recreational drug culture*. Palma de Maiorca: IREFREA and European Commission.

Fernandes, L. e Carvalho M.C. (2003). *Consumos problemáticos em populações ocultas*. IDT.

Godard, O.; Henry, C.; Lagadec, P.; Michel-Kerjan, E. (2002). *Traité des nouveaux risques*. Mesnil-sur-l'Estrée: Éditions Gallimard.

Godinho, J. (1995). "Ecstasy" (MDMA) e outras "Designer drugs". *Toxicodependências*, 1 (1): 63-66.

Nencini, P. (2002). "The shaman and the rave party: social pharmacology of ecstasy". *Substance use & misuse*, 37 (8-10): 923-939.

## SITES CONSULTADOS

<http://www.risflecting.at/index.htm>

<http://ar2006.emcdda.europa.eu/pt/home-pt.html> - Relatório OEDT 2006

<http://issues06.emcdda.europa.eu/en/page024-en.html> - Relatório OEDT 2006

[http://www.idt.pt/media/relatorios/estatistica/vol1\\_2005.zip](http://www.idt.pt/media/relatorios/estatistica/vol1_2005.zip)